



Número: **0800845-28.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **15/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO CARLOS DA SILVA (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18340007	20/07/2021 09:00	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800845-28.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ANTONIO CARLOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

Os presentes autos tratam de pedido de cumprimento de sentença, ingressado por **ANTONIO CARLOS DA SILVA** em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** O referido cumprimento tem origem em julgamento de ação de cobrança de seguro obrigatório, o qual resultou parcialmente procedente em favor do ora requerente.

Após o trânsito em julgado, a parte ré apresentou manifestação espontânea depositando o valor requerido pela parte autora (ID. 16535802).

Por fim, o autor requer a liberação dos valores (ID. 16712141).

É o relatório passo a decidir.

Considerando que a parte requerida apresentou cumprimento voluntário da obrigação, bem como a requerente não apresentou qualquer oposição aos cálculos apresentados pela ré, resta apenas promover a extinção do cumprimento de sentença, em face do adimplemento do débito, nos termos do art. 526, §3º, do CPC:

Art. 526. É lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.

(...)

§ 3º Se o autor não se opuser, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo.

Por todo o exposto, declaro satisfeita a obrigação nos termos do art. 526, §3º, do CPC, determinando a extinção do presente cumprimento de sentença.

Em consequência, defiro o pedido formulado pela exequente na petição de ID nº 16712141, determinando a expedição de dois alvarás judiciais, mediante a transferência eletrônica dos valores depositados em conta judicial nº



1300133239848, Agência 3791, BANCO DO BRASIL, a ser realizado da seguinte forma:

1) Um alvará de transferência em nome do procurador do exequente, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA, CPF N° 008.387.773-84, para a Agência: 3178-X; Conta: 10045439-9 – BANCO DO BRASIL no valor de R\$ 4.587,46 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) e eventuais acréscimos;

2) Um alvará de transferência para a conta de titularidade de GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES, OAB-PI 6.919, CPF nº 018.509.653-07, Agência n.º 3178-X, Conta Poupança nº 105793-6, Variação 051, Banco do Brasil no valor de R\$ R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), referente a honorários sucumbenciais.

Com efeito, determino que o presente despacho servirá de alvará judicial, devendo o mesmo ser enviado para o e-mail informado na petição retro, qual seja: pso8397@bb.com.br, conforme procedimento descrito no Ofício-Circular nº85/2020, a fim de que a instituição financeira realize a transferência dos valores para as contas devidas.

Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Intimem-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 14 de julho de 2021.

Dra. LUCICLEIDE PEREIRA BELO
Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina

